

A INSERÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

JOÃO MÁRCIO PALHETA DA SILVA

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Grupo de Estudos em Desenvolvimento Regional e Infra-Estruturas (GEDRI)

palheta@ufpa.br

Palestra proferida, em 15 de agosto de 2006, para os alunos de graduação em Geografia, solicitado ao pesquisador pelo Grupo de Estudos em Desenvolvimento Regional e Infra-Estruturas (GEDRI)

Organizador: Prof. Dr. Márcio Rogério Silveira (UNESP/Ourinhos)

Transcrição: Altair Aparecido de Oliveira Filho (UNESP/Ourinhos)

Boa noite a todos! É um prazer imenso estar aqui em Ourinhos/SP e poder conhecer essa cidade. Vim a convite do professor Márcio Silveira, um amigo meu de muitos anos. É uma satisfação muito grande falar de uma região brasileira tão importante e ao mesmo tempo tão problemática no cenário sócio-econômico nacional. É uma conversa no sentido de tentar entender a Amazônia ao longo dos processos históricos da sociedade que nela habita. Essa região que vem cada vez mais se inserindo no processo de globalização econômica que tem colocado em cheque o seu desenvolvimento econômico e das suas sociedades locais.

O importante a ser questionado é esse desenvolvimento e crescimento econômico, que tem colocado a sociedade amazônica (no caso os amazônidas) como reféns dos processos da globalização econômica. Somado a isso, está a ausência de políticas públicas eficientes e eficazes, no sentido de um Governo que foi quase inoperante na região em relação às sociedades tradicionais, tendo prejudicado e colocado em cheque também a riqueza natural da região, e mais do que isso, a sua sociedade, que a meu ver, é o bem mais valioso. Os recursos são também os índios, ribeirinhos, caboclos, seringueiros enfim, todos aqueles que moram na Amazônia e que fazem dela o seu espaço de sobrevivência.

Neste contexto, gostaria de falar para vocês um pouco de como o espaço amazônico foi (e continua sendo) ocupado ao longo desses 500 anos de “fundação” ou incorporação dessa região ao Brasil. A Amazônia passou por um processo que tinha como principal estratégia o domínio português, que contribuiu para a incorporação e dominação do território partindo da estratégia militar, com as construções de fortes ao longo das margens dos rios, como o rio Amazonas, ou na baía do Guajará. Um dos fortes mais importantes nesse contexto de incorporação portuguesa é o forte do Presépio, mais conhecido como o Forte do Castelo, onde começou a cidade Belém.

O contexto no qual a Amazônia foi inserida, sempre se configura como um conjunto de processos em que essa região não tinha muito contato com o restante do Brasil, principalmente em se tratando de relações sócio-territoriais. Nós amazônidas tínhamos mais contato com a Europa do que com o nosso próprio país, com o espaço territorial que chamamos de Brasil. Toda a nossa vinculação estava direcionada para fora, a exemplo da nossa economia que se encontrava direcionada para a Europa e não para o Brasil.

Para que vocês tenham uma idéia, passado o período colonial português, no auge da borracha, os barões da borracha (elite) importavam não só as coisas que consumiam, mas chegavam até a mandar suas roupas para serem lavadas fora do país. Era comum chegar à região os navios estrangeiros, de onde vinha quase tudo que a elite da borracha precisava para seu consumo. Isso gerou uma maior inserção da região Amazônica com o exterior do que com o próprio contexto do país, dessa forma fragmentando o território nacional.

A produção do espaço amazônico será dotada das benesses que os barões da borracha necessitavam para seu conforto, produzindo uma Belém no estilo europeu. Sem falar nas expedições filosóficas, das viagens, Spix, Martius, La Condamine e Alexandre Rodrigues Ferreira, entre outros que produziram informações sobre o que existia na Amazônia e era levado ao conhecimento europeu. A Amazônia sempre esteve conectada, neste sentido, com uma história que nos mostra que ela estava se internacionalizando cada vez mais, e que esses contatos econômicos foram importantes para formação sócio-espacial da Amazônia. Essa internacionalização não vem de agora, e sim de um passado de incorporação oficial da formação militar das vilas e cidades, que foi acelerado no início do século XX, consolidando o processo de dominação do capital na região. Isso para entender

um pouco o motivo de que a partir de 1953 o Estado (governo federal) tentou realizar uma política de compreender e inserir a Amazônia dentro de um processo muito mais ligado à corrente política e à economia nacional.

Tentei brevemente colocar alguns questionamentos sobre o processo de formação sócio-espacial da região para que nós possamos discutir esses processos de formação da região amazônica. O que era pensado para o espaço amazônico? A Amazônia sempre foi uma área estratégica, e essa estratégia estava sempre incorporada aos setores econômicos, isto é, ao potencial econômico nacional, e antigamente à riqueza de Portugal. As incorporações do espaço amazônico, a priori, eram feitas através dos fortes (quanto a domínio de território feito pelos portugueses). Este é o primeiro momento que dá início à fundação de núcleos e vilas na Amazônia como real domínio do território. Assim, tínhamos poucos locais, onde se formavam os povoados, por exemplo: no Amapá, em Manaus, Belém, lugares onde se construíram fortes, e com esses fortes vinham, sobretudo, a formação das vilas. E com isso, se começava a incorporar o espaço amazônico na era de domínio português, e posteriormente de domínio brasileiro.

No período da borracha, o governo nacional viu a importância da Amazônia e quanto a Amazônia poderia significar em termos de recursos naturais, no sentido econômico (valor), para o Estado nacional, quando criou o banco da Borracha. Posteriormente, o estado criou em 1953, a SPVEA com uma política nacionalista, com a intenção de integrar a Amazônia economicamente, mais, sobretudo com aquela preocupação que se tinha de incorporar e valorizar os novos sentidos econômicos que a Amazônia ia ter, após o período da borracha.

E como vimos, o primeiro passo para fortalecer essa política foi a criação da SPVEA em 1953, e posteriormente, o órgão SPVEA é transformado na SUDAM, em 1966. Esta na década de 1960 vai ter um cunho mais de ordenamento territorial por parte do ministério federal, que foi muito além da borracha, sobretudo a preocupação dos recursos que existiam na Amazônia. Se observarmos a história, principalmente ligada ao Estado, veremos a importância que os minerais vão ter para os cofres oficiais. Existia uma grande preocupação com os recursos naturais que eram considerados como recursos estratégicos e bens econômicos. Entretanto, a SUDAM era na verdade uma agência que possuía um

pacote de incentivos fiscais, que eram dados para projetos que estivessem instalados junto a Amazônia brasileira.

Como vocês sabem, a região norte possui nove estados, e a sua organização parte de uma conjuntura toda particular, seguindo os critérios administrativos da federação, criados pelo IBGE. Diferente desse conceito do IBGE, que recorta esses estados, o conceito de Amazônia é mais amplo, o qual vai além, incorporando parte do Maranhão, Mato Grosso. Além disso, essa denominação de Amazônia também tem uma relação internacional. Em um estudo diferenciado dentro do próprio estado do Pará, pode-se encontrar diferentes “Amazônias”, a exemplo dos processos econômicos, que podem ser hegemônicos e diferenciados dentro da Amazônia.

Em 1966, é criado o primeiro núcleo oficial por parte do governo, que tentava ordenar o território amazônico para propor uma lógica econômica para toda região. Se observarmos, é um período que vai marcar definitivamente a Amazônia. Posteriormente, na década de 1970, vamos ter todo um aparato técnico para a tal lógica, por exemplo, o mapeamento do RADAM Brasil, que abrange recursos dos quais conhecemos até hoje. Este foi o primeiro levantamento oficial que veio com o cunho não só de integrar a Amazônia no sistema econômico, mas ver de fato o potencial da região. Nesse contexto, o que é importante ressaltar? O fato de a Amazônia estar sempre ligada a uma economia extrativa, desde a época da borracha, ou até mesmo antes. Mais adiante vamos ver que existe uma certa dicotomia entre os processos de concentração do capital na Amazônia. Alguns autores como Altvater, Bunker e Maria Célia Nunes Coelho vão discutir nesse sentido as muitas formas de produção do espaço amazônico, sendo uma dessas formas a economia extrativa, e outra, relacionada à economia de produção diferenciada, a qual falarei posteriormente.

Em 1979, vamos ter o primeiro pacto dessa política de planejamento dos grandes projetos, como o projeto JARI, em que a floresta vai ser um recurso enquanto produtora de celulose para a economia nacional e internacional. Mas é o projeto mineral do caulim e da bauxita que vai sustentar o interesse internacional especialmente na região norte.

Vamos ter no JARI a tentativa inicial do primeiro núcleo industrial, onde os recursos minerais vão ser voltados para os interesses internacionais. Mesmo assim, a economia extrativa continua sendo a mola mestra, como motor da história amazônica. A

economia dessa região é rica em recursos naturais, basicamente na economia extrativa (extração mineral), porém isso não quer dizer multiplicação da riqueza regional, pois não criou pólos de desenvolvimento, nem gerou o efeito multiplicador, pelo contrario, gerou e está gerando a pobreza amazônica, espoliando toda a riqueza da Amazônia e o futuro de todos que vivem nessa região.

Em 1979 temos um marco, que é a motivação de uma grande obra, de um grande projeto, que vai incorporar esse valor econômico da Amazônia de forma industrial, dando um salto significativo internacionalmente. Um historiador chamado Arthur César Ferreira Reis, um grande estudioso da Amazônia, em um dos livros ressaltou muito o processo de internacionalização da Amazônia. No final do século XX, data na qual passamos a questionar com mais ênfase a internacionalização da região amazônica, esse autor já dizia que Amazônia estava internacionalizada, e se formos pensar desde o momento em que as expedições filosóficas aqui estiveram, que levaram e catalogaram muitas das nossas espécies, mostrando interesse com a nossa região e com o que havia nela, podemos falar de internacionalização.

Na década de 1970, vivemos uma política que estava vinculada à que denominamos de fronteira agrícola, a qual alguns estudiosos puderam mostrar como essa fronteira vai expandir o processo, não só da agricultura, mas também da pecuária, da mineração, sobretudo na maneira como a floresta poderia dar também uma sustentação econômica à região e ao Brasil. Nessa mesma década vamos ter um canal de processos vinculados às frentes de expansão e às frentes pioneiras, com os projetos relacionados pelo INCRA, projetos de assentamentos que vão contra aos interesses locais, sendo que grande parte desses assentamentos foi colocada em áreas consideradas inóspitas para as populações locais, então a maioria deles não iria dar certo.

Eu estive em Altamira em 15 de julho, fazendo uma pesquisa ao longo da Transamazônica. Não sei se vocês conhecem muito bem, mas é onde se encontram os conflitos fundiários, os quais causaram a morte da irmã Doroti. A transamazônica no Pará foi um elo de incorporação de projetos que estavam ligados à questão das fronteiras agrícolas que vão ser formadas por vilas, agrovilas que não funcionavam muito bem em função de todo esse planejamento de ordenamento que vinha por parte do governo federal,

o qual acabava sendo um ordenamento de gabinete sem conhecimento da população e que desconsiderava as particularidades regionais.

Planejar a Amazônia a partir das zonas burocráticas teve efeito contrário gerou mais problemas e conflitos sociais do que resolveu o problema da fronteira agrícola. Alguns autores com o José de Souza Martins falam do planejamento e os efeitos dele na sociedade amazônica, analisando as zonas burocráticas que vão criar dois fenômenos na Amazônia, um a do planejador que é o estado, o outro da sua vítima: a sociedade, que vai acabar levando ao acirramento dos conflitos e à ausência de política nacional para resolver os problemas gerados pelo planejamento na Amazônia, se preocupando somente com a função de integrar a região à economia brasileira. Dessa forma, a fronteira agrícola vai ser um elo importantíssimo para a Amazônia, ao mesmo tempo em que vai revelar os conflitos que surgiam em função do planejamento burocrático.

É também na década de 1970 que temos os projetos que vão incorporar os recursos florestais dentro desse ordenamento territorial, enquanto região Amazônica e elo de ligação, de compartimento da economia nacional. Se vocês forem perceber, a Amazônia já começa a ser colocada com mais ênfase no discurso do estado nacional, no discurso militar como ideologia, como uma propaganda para atrair o capital para região.

A Amazônia vai ser colocada para o cenário internacional como um elo, para fins propagandísticos, onde tudo é possível, o lugar das terras abundantes, e ainda, poderia ser usada para amenizar os conflitos na região Nordeste. Nesse caso, estaria usando, o sentido oficial do *marketing* militar, até mesmo para manter a relações com os governos internacionais interessados em financiar projetos no Brasil.

Dessa forma a década de 1970 vai ser marcada por essa linha de especulação, sobretudo pelos conflitos pela posse e uso da terra. Vamos chegar à década seguinte com uma possibilidade diferente de intenção econômica, com o surgimento de diferentes movimentos sociais contestando a ordem estabelecida pelos senhores do capital na Amazônia.

Até 1975, por exemplo, nós tínhamos na Amazônia um conjunto de categorias que ficaram famosas nas campanhas de integração do estado, como posseiros, grileiros, seringueiros, índios e outros. Mas, a década de 1980 vai ser um divisor de águas, no sentido de que a partir de 1985 a Amazônia vai passar por uma transformação a qual chamamos de

inclusão de novos atores sociais, os denominados profissionais liberais. Estes são principalmente médicos, bancários, trabalhadores de empresas de mineração, advogados, comerciantes capitalizados, fazendeiros capitalizados que vão mudar a tensão dos fatores sociais já existentes na Amazônia. Um exemplo disso é que anteriormente só os colonos ouviam falar de posseiros, fazendeiros, grileiros. Por isso, a década de 1980 vai fazer uma outra categoria que é a metalúrgica na Amazônia, os bancos no domínio da terra, da empresa de mineração.

Os grandes fazendeiros e garimpeiros de antigamente agora vão se juntar aos banqueiros e os donos de empresas de mineração. Uma série de conflitos vai se afirmando em função deste novo ordenamento oficial que criou processos econômicos em função do aproveitamento dos recursos naturais. A década de 1980, portanto, será uma década marcada pela articulação maior da região no contexto global, através da era dos grandes projetos, do pensar economicamente a Amazônia através das grandes obras de mineração.

Em 1973 temos a construção da hidrelétrica de Tucuruí, que passa a funcionar somente na década de 1980. Na mesma década ocorre o ordenamento territorial com a abertura das estradas como a Transamazônica. Com isto, a necessidade por energia aumenta, a criação de novos núcleos urbanos e novos projetos começa a gerar um planejamento no final da década de 1970 para as grandes hidrelétricas da região, as quais pudessem suprir os grandes projetos minero-metalúrgicos, que atendiam a demanda da economia mundial. Com esta nova ordem econômica criam-se os corredores de desenvolvimento e as rodovias, as estradas tornam-se os principais eixos de integração. Assim, as pessoas induzidas pela febre do emprego nas grandes obras, dos planejamentos de migração e, os projetos florestais passam a se alojar no entorno dessas grandes obras à procura de uma vida melhor. A “injeção” governamental em favor da acumulação de capital na região recebia um considerado incentivo através dos grandes projetos.

A história da Amazônia possui uma rede de elites econômicas que vai das flutuações do capital até ao esquecimento das populações tradicionais, as quais se firmam em função do assentamento faraônico do capital internacional que via e vê a região como somente fonte de recursos econômicos. Os projetos na década de 1980 foram, sobretudo, relacionados aos recursos minerais e são eles que acabaram por conectar os locais, os territórios amazônicos à economia global. A partir daí, se cria uma inserção cada vez maior

dentro do espaço mundial, na busca dessa economia, a qual classifica a Amazônia como uma economia extrativa, e as que são ligadas ao grande capital passaram a ser consideradas como economias de produção, como afirma Bunker em seu estudo sobre a Amazônia.

A economia de produção ganhou muito mais com os recursos naturais, do que a economia extrativa. O que vai mudar nessa relação da Amazônia do século XXI é o ritmo acelerado de sua exploração, como já dizia Bunker, aumentará os níveis de exploração, pois ao invés de mandarmos 100 toneladas de minérios, vamos mandar 200 ou 300 toneladas. Nesse sentido, a economia extrativa vai reduzir o futuro do efeito multiplicador, carregando o valor e o trabalho, desagregando-o do produto. É o que poderemos ver na Amazônia, caso não pensarmos nas sociedades futuras, começando a mudar a visão econômica da região para com o grande capital. Ou, então vamos ter grandes conflitos que marcarão o século XXI como um século da barbárie amazônica. De um lado está uma parte dessa transformação desfavorável para as sociedades tradicionais na Amazônia começando com a maior inserção no circuito internacional através do Programa Grande Carajás, de outro lado se encontra a pobreza local ocasionada e acelerada pelo uso dos recursos estratégicos sem efeito multiplicador.

O que era o Programa Grande Carajás? Era um programa em uma área que englobava, sobretudo, parte do Pará e Maranhão. Todos os projetos que estivessem nessa área receberiam incentivos fiscais. Contudo este era um grande programa que abrigava vários projetos, dentre eles o de maior destaque foi o Projeto Ferro Carajás, que consistia em uma grande “vitrine” para o mercado internacional, já que se possuía e ainda se possui na região um elevado teor de ferro nunca visto antes na história amazônica.

Esse minério é muito significativo para o mercado internacional, porque apresenta pouca impureza. Com isto, o Projeto Ferro Carajás inseria parte da região no novo modelo da década de 1980. Vale ressaltar que o modelo da década de 1970 estava em crise de emprego, havia uma corrida pelo mundo atrás dos materiais energéticos. Um exemplo disso é o caso do Japão, que junto ao governo Brasileiro, contribuiu para a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, sendo que este mesmo país começou a explorar alumínio da região na década de 1980. Então, para se ter uma idéia boa parte de toda a energia que o Japão necessita em termos de alumínio para gerar riqueza é produzida no

Brasil. Portanto, é exportada junto com o alumínio, uma quantidade de energia que não está agregada ao valor do produto.

A “vocação” da Amazônia, especialmente a do estado do Pará, será a mineral? Por exemplo, a identidade regional, os saberes populares com as riquezas da biodiversidade na Amazônia nos permitem discutir o capital internacional vindo para região, com a incorporação cada vez maior da biodiversidade pela economia, dessa forma perdendo a riqueza que está sendo transformada lá fora. Por isso, existe troca de valor desigual, por exemplo, levam o Jaborandi do Maranhão para fazer o colírio do glaucoma na Alemanha, no caso, se leva a essência da riqueza amazônica para as transformações da planta no exterior, e o que fica para a sociedade local é quase nada. Então, temos trocas desiguais que vão colocar a economia regional no contexto da economia global, em uma posição desfavorável, em uma competição de desigualdades, gerando divisas, empregos, riqueza, fora da região.

Para se ter uma idéia dos espaços potenciais que podem incluir a região amazônica dentro dessa economia globalizada de uma outra forma que não seja a da pilhagem das ilhas de sintropia, pode-se citar: Rondônia com a cassiterita, Roraima com diamante e urânio, Vale do Tapajós com ouro, o Amapá com manganês, Vale do Trombetas com bauxita, a mesorregião sudeste paraense com cobre, com bauxita, níquel, ferro e agora com um novo elemento que é a soja. A soja acompanha o corredor feito pela fronteira agrícola da década de 1970, entrando com o discurso de recuperação da mata, pelo fato do setor agropecuário ter desmatado a floresta. Por isso o motivo da soja representar ideologicamente a restauração deste ambiente, mesmo que ela venha em outro momento como monocultura, onde o extrativismo mineral impera, se aliando para todos estes elementos.

Nós temos hoje na Amazônia a preocupação com esta inserção da soja, que entra pelo sudeste paraense, via Tocantins, Mato Grosso e Maranhão, mas além dessa preocupação da expansão da soja no sudeste do Pará, a outra é a entrada da soja no estado na divisa com o estado do Amazonas, onde está Santarém. É comum você chegar à Santarém e encontrar muitos sulistas chegando à região com grande intensidade de capital, comprando terras para o cultivo da soja.

Temos então a economia sendo alterada, mas sempre no sentido de perda e incorporação de valor ao produto. Na década de 1980 foi marcada por várias perdas e problemas que a maioria de nós pode acompanhar. Podemos considerar uma década perdida, já que ainda não nos recuperamos. Essa perda se refere, sobretudo, em relação à Amazônia, à inserção dela na economia globalizada, na transformação da nossa cultura em mercadoria. Na verdade, a Amazônia virou uma grande mercadoria de troca para a economia globalizada, não só pela sua simbologia de mercado, mas em tudo que existe nela, inclusive sua cultura.

No caso da cultura, podemos fazer uma relação com a transformação da cultura indígena, dos ribeirinhos, dos caboclos amazônicos, que de certa forma estão inseridos na cultura globalizada, sendo eles transformados a partir da Amazônia. Por exemplo, a festa de Parintins no estado do Amazonas foi transformada em mercadoria. As pessoas que criaram esta festa do Boi Garantido e Caprichoso em Parintins não participam mais dela se não pagarem, ou seja, agora compram a festa que eles mesmos criaram. Para quem se apropriou da festa, no caso o grande capital, ela se realiza com um grande negócio que inclui turismo, cultura e diversão, onde se tem que pagar para entrar no palco da festa. A cultura amazônica ao longo dessa história de apropriação capitalista foi sendo distorcida. O contexto de aceleração de sua inserção global tem coincidido com a transformação da sua cultura em mercadoria.

A Amazônia chega à nossa análise, tomando como base o professor Bunker, nas teorias da economia extrativa e de produção, onde se viveu e se vive a tendência da economia na Amazônia, com as derrubadas, queimadas, a extração de minérios, que tenta inserir expressivamente a Amazônia no processo de globalização, as exportações, que vão ser o maior investimento do capital, com pouca agregação de valor aos recursos que são exportados. Essa dinâmica não criou um processo multiplicador na região, pelo contrário, a deixou insustentável. Essa lógica de pensamento acaba incorporando a Amazônia em uma economia ligada aos interesses do capital global.

Essa fase da economia extrativa, com base na exportação dos recursos naturais, acelera o subdesenvolvimento da região. A economia baseada na extração e exportação de matérias-primas não é a garantia de desenvolvimento econômico e nem de uma formação de estrutura social, não é um suporte econômico que garanta benefícios

sócio-econômicos aos amazônidas. Com isso, podemos perceber a Amazônia se continuar com essa política de base exportadora de matéria-prima, tem a tendência de perder o “trem da história”. Pela maneira como está sendo inserida no contexto global, conseqüentemente a pobreza se multiplicará na região.

O resultado desta troca desigual mostra resultados para a sociedade industrial, que desenvolveu e continua recorrendo às ilhas de sintropias do mundo (ou seja, dos territórios potencialmente favoráveis ao grande capital). As ilhas de sintropias seriam as grandes jazidas minerais existentes na Amazônia, que vem sendo pilhadas pelo grande capital. Elas também seriam as riquezas que existe no subsolo da Amazônia. Mas não só as substâncias minerais que estão em jogo na Amazônia! É o futuro de sua sociedade, que é a sua maior riqueza. Para Altvater, as ilhas de sintropias são ordens que existem na natureza. Essas ilhas são tempos da natureza, o tempo lento, o tempo que levou milhares de anos para formar jazidas de ferro, ouro, petróleo, etc, formações as quais a natureza levou muito tempo para colocar sua ordem. Esse potencial natural não existe em todos os cantos do planeta. São territórios especiais para plano de consumo capitalista, por isso que se saqueiam as ilhas, transformando-as em desordem absoluta.

A sociedade industrial ainda continua recorrendo às grandes ilhas de sintropias no sentido de apropriá-las ou de redirecioná-las para o mercado. O desenvolvimento nesse caso, segundo Altvater, é contrário ao meio ambiente. E por que motivo? Porque o desenvolvimento na teoria capitalista virou sinônimo de industrialização. Recorrendo novamente ao professor Altvater, segundo ele é necessário industrializar-se para desenvolver-se. Essas industrializações que apelam às ilhas de sintropias têm colocado o meio ambiente em risco, no caso da Amazônia que corre cada vez mais risco, porque se está retirando dessa região recursos que são únicos, que não se encontram em nenhuma outra área do planeta. As exportações das sintropias e das economias extrativas para as economias produtoras correspondem ao aumento da desordem local brasileira, porque elas perdem riqueza, enquanto no segundo momento, as economias produtoras vão criar ordem no crescimento com base na desordem da Amazônia. Podemos lembrar o que ocorreu com o Amapá em relação ao manganês, em relação ao que ficou dessa ilha de sintropia e quem ficou com essa ilha de sintropia, onde esta a ordem e a desordem dessa troca

desigual, onde ficou o caos social, enfim, devemos sempre nos perguntar, pois não podemos esquecer desse flagelo capitalista.

O que é essa globalidade do ecossistema, com o discurso da globalização econômica? A sintropia vai se elevar e acelerar o ritmo de exploração das riquezas naturais. O maior garimpo descoberto na história brasileira a céu aberto foi no estado do Pará (Serra Pelada). Ele gerou cerca de 40 toneladas de ouro, e hoje o que ficou para a população local foi somente a pobreza e a miséria. A extração de uma ilha de sintropia gera o contrário, que é a entropia, a desordem. Aquilo que foi retirado nunca mais volta a ser o que era. Ferro nunca mais voltará a ser jazida de ferro, o petróleo não volta ser petróleo.

Nesse mesmo sentido temos duas diversificações: o tempo da natureza, que é aquele tempo lento e geológico, que a natureza leva milhares de anos para formar essas ilhas de sintropias, e o tempo do capital, que é rápido, imediato, o tempo da aceleração global dos mercados. Assim exigindo que a floresta seja explorada imediatamente, ninguém garante que esses recursos serão os mesmos no futuro. Por mais que se diga que a natureza possa ser recuperada, ninguém garante que no futuro a natureza vai dar conta de repor os recursos naturais em quantidade e qualidades.

Vamos colocar a idéia de como é pensado o desenvolvimento dessa região e qual o desenvolvimento que nós queremos. Um desenvolvimento que tivesse uma união do econômico, do biofísico e da sociedade. Esses três elementos precisam estar unidos (incorporados) para podermos falar em desenvolvimento, no sentido de contemplação da sociedade amazônica, como forma de ativar o desenvolvimento econômico, admitir e conscientizar o desenvolvimento humano na Amazônia.

Necessariamente na economia capitalista existe uma relação entre o econômico e o biofísico. O que estou chamando de econômico é o meio de produção ou economia de produção, o tempo do capital; e o que eu chamo de biofísico é a economia de extração ou tempo da natureza. O econômico cada vez mais explorando a natureza sem muito contato com a multiplicação da riqueza para as sociedades que detêm a maior parte das ilhas de sintropias.

O que estou querendo dizer é que as sociedades que apresentam ilhas de sintropias, no caso da Amazônia que estamos falando, são poucas beneficiadas. Nesse sentido, a dinâmica do desenvolvimento que existe acaba ativando o seu contrário: o

subdesenvolvimento. Assim, o discurso de desenvolvimento sustentável não existe na atual conjuntura do grande capital, e sim existe muito mais o desenvolvimento insustentável do que necessariamente sua sustentabilidade, colocando em risco os costumes, e as sociedades locais.

O que foi pensado sobre os resultados dos processos históricos e particulares no “boom” do seu desenvolvimento, enquanto materialização no tempo e no espaço, acabou agravando a degeneração dos processos sociais. O que quero dizer é que só as nossas riquezas estão sendo extorquidas, a nossa sociedade está sendo degenerada, tendo perdas significativas, impossibilitada de criar suas próprias estratégias de desenvolvimento. E o que seriam essas estratégias de desenvolvimento nacional e local acabam por se configurarem como uma onda de desordem social e econômica a serviço do grande capital.

Nesse sentido, as economias extrativas deveriam ter mais incorporação de trabalho e valor na exportação dos produtos. Com o processo atual, a sociedade vem perdendo muito e esse processo não vem beneficiando o local como deveria ter feito. O efeito multiplicador, que deveria ser gerado na Amazônia pelo trabalho (com uma maior agregação de valor), vai ser gerado lá fora, não deixando que as sociedades locais criem o seu próprio desenvolvimento. Assim, teremos dois modelos: o modo de exportações e o modo de produção por troca desigual, ou seja, a Amazônia exportando e o modo de produção transformando a exportação em produto em outros lugares fora da região.

Para exemplificar a contradição da produção sócio-espacial na Amazônia, uma empresa mineradora que atua nessa região controla grande parte da exportação no Estado do Pará, que é um dos mais abundantes em riquezas minerais do Brasil. A Companhia Vale do Rio Doce na região extrai grandes riquezas minerais existentes no estado do Pará, por isso é necessário repensar sua privatização.

Recentemente no Acre discutimos os planos que governo Lula apresenta enquanto integração político-econômica para a Amazônia. Penso que não temos políticas integradoras para região, mas antes disso deve-se também pensar por que não existe integração. A região amazônica tem muitos problemas ligados às questões do uso e posse das terras, ou seja, de ocupação, como problemas semelhantes para mineração, sem-terras, posseiros, garimpeiros, e outros que na resolução dos direitos conflituosos são tratados isoladamente. A política tem que ser integradora, e se ela não for integrada na Amazônia os

conflitos continuarão. O Estado, portanto, será cúmplice se ainda continuar a tratar isoladamente as questões na Amazônia.

Temos a sensação de vivermos em um lugar desconhecido, lugar do outro, do que vem de fora, que continua nos vendendo o sonho de desenvolvimento do exógeno. Devemos aspirar com essa realidade, uma triste história de esmagamento de identidade da sociedade amazônica, que nos deixa em segundo plano, fazendo dos amazônidas os próprios estrangeiros vivendo em sua própria terra. A Amazônia ainda hoje vive sobre o domínio externo, o desenvolvimento nunca partiu de dentro para fora. O desenvolvimento, principalmente dos países subdesenvolvidos, não pode ser dependente das vontades do grande capital. Devemos criar nossas próprias lógicas, pois o que se parece é que os índios, seringueiros, ribeirinhos, colonos, posseiros, não tem a capacidade de gerar conhecimento próprio para se desenvolverem, e que precisam que suas vontades sejam sobrepostas, inclusive na academia que infelizmente aparece como salvadora da pátria.

Pouco se tem feito pelas sociedades amazônicas ao longo da crise que o Brasil viveu nesses vinte anos, levando o Governo Federal a priorizar a contabilidade nacional em detrimento das sociedades tradicionais. O que importa para o Governo Federal na Amazônia é que minérios, como o cobre, sejam exportados, que a soja seja exportada, que o ouro seja retirado.

No início de um novo século, a Amazônia vive uma situação sem precedentes. A informação que se tem no mundo é de danos ambientais do maior patrimônio do planeta terra, que os governos anteriores não se importaram com o destino dessa riqueza natural. Embora tendo discutido o problema ambiental o governo não se mobilizou, pois continuou tendo o mesmo modelo, conservando o extrativismo desde época daqueles que se chamavam colonizadores. Portanto, temos uma contradição no discurso e nas práticas que são postas na região.

Evitar que as populações locais sejam desrespeitadas e que as suas formas de desenvolvimento sustentável na Amazônia sejam prioritárias é um dever do Estado Nacional. Por exemplo, as “quebradeiras” de coco de Babaçu do Maranhão conseguem do uso sustentável da floresta gerar conhecimento e riquezas para elas. O desenvolvimento sustentável na Amazônia só pode ser pensado em micro escala nas tensões atuais e nos moldes capitalistas de hoje. Não há outra escala que não a micro para começarmos a mudar

a inserção da Amazônia na globalização de uma forma diferente desta que vem sendo realizada.

Promover mudança da balança produtiva da região (hoje apoiada pela exportação de produtos primários) seria um dos mecanismos a semear mudanças na política do estado paraense, que perde em transformação dos recursos minerais. Para nós amazônidas, o que vale é agregar valor ao trabalho e ao produto e garantir, sobretudo, o desenvolvimento sócio-econômico e cultural das sociedades. Não beneficiar, não gerar riqueza local, não criar efeito multiplicador, faz com que permaneça a política perversa que é posta para nossa região.

É preciso desenvolver oportunidades que ajude criar renda para própria região, para que ela ande não apenas dependa do seu caráter ambiental, mas também neste lugar se justifique o bem estar social, o valor democrático na distribuição de renda, e a participar ativamente nas políticas de ordenamento territorial pensadas para região e com a região.

É engraçado pensar hoje na região amazônica, na sua atual democracia, onde os governos ditos mais democráticos prometem fazer um planejamento participativo na região, no qual a sociedade participa. Mas o que ocorre de fato é que, na maioria das vezes, a sociedade amazônica é apenas legitimadora do processo do qual ela não criou e apenas legitimou o processo criado por outros. Ou seja, há uma imposição autoritária disfarçada de democracia, pois não há participação da sociedade. Ela só legitima os processos das elites locais, e estas por sua vez são conectadas a uma economia internacional. Quando a sociedade não concorda com as elites locais, sofre diferentes tipos de represálias.

Para a economia internacional, a sociedade da Amazônia é algo atrasado, arcaico, aquilo que é preciso transformar. Era necessário que a identidade local fosse transformada e ao mesmo tempo a cultura regional, para poder ser inserida no sistema global econômico. Há muitos aspectos a serem realçados, como é o caso do babaçu no Maranhão. Com a chegada da Globalização, são criadas outras formas econômicas com a soja, com os minérios, etc. Esse sistema reafirma também outras práticas dizendo que o babaçu tem propriedades que podem criar diversas modalidades econômicas a partir dele.

Euclides da Cunha mencionou Amazônia como a última página do gênese, mas não deixam nossa sociedade escrever essa parte da história. Quem continua escrevendo essa página é a globalização econômica, é a elite econômica, nesses quatrocentos anos de

incorporação da região ao Brasil e ao internacional. “Aqui a gente toma guaraná quando não tem coca cola, chega das coisas da terra, o que é bom vem lá de fora”, assim como no trecho da música do Edmar do grupo Mosaico de Ravena, nós substituímos o local pelo externo. Nossa identidade é substituída pelos valores que não são nossos, ficando cada vez impossibilitada de retomar nossos laços culturais e acabamos por fortalecer o laço novo (economia global).

O que a principal empresa de mineração do Brasil, no caso a CVRD, fez ao nosso país? O que fez com Carajás? Ela transformou Carajás num grande impacto ambiental em potencial. A empresa transforma em marketing ambiental buscando seus parceiros financeiros internacionais, como FMI e o Banco Mundial, fazendo acordos com outras empresas. Dessa forma, mostra que é uma empresa que cuida do patrimônio natural. Evidentemente o processo de apropriação do espaço amazônico feito pelo Projeto, foi com conteúdo econômico com vista a priorizar o mercado externo, ou seja, a Amazônia aparece como mercadoria, a empresa faz muito bem seu papel de ligação e acaba escondendo seu lado perverso.

O estado do Pará é um dos mais importantes do Brasil. Em relação à mineração, possui 5 pólos, em sua maioria, controlados por uma única empresa. Recentemente conversei com a Prof. Lisandra no Acre, sobre a necessidade de debater mais ainda essa hegemonia da CVRD e começar a pensar a região abrindo concorrência para outras empresas nesse ramo da mineração. Porém com outras regras, que, sobretudo, beneficiasse a sociedade amazônica, para assim obtermos resultados positivos, mas o planejamento deverá ser diferente do que foi mostrado até agora. É necessário que o Governo brasileiro e os estados na Amazônia tenham recursos naturais para ter poder de barganha. Não é mais possível fazermos acordos como fizemos no passado, deixando uma única empresa dominar a maioria das reservas naturais e dando a ela esse sentido de hegemonia, controle dos recursos estratégicos, podendo manipular e alterar a lógica espacial.

O Pará detém as reservas minerais estratégicas para o desenvolvimento local e nacional, e somente uma empresa controla esses recursos. Para ter uma idéia da dimensão e da extensão do poder da CVRD no Pará, basta olharmos as exportações, pois a empresa

sozinha controla mais de 80% de toda a produção e exportação do estado do Pará. Portanto, uma única companhia acaba tendo um poder maior do que o próprio estado do Pará.

A empresa foi entregue ao capital privado, e o que se mostra mais grave é o fato de entregar um patrimônio estratégico nas mãos de uma única empresa, ainda por cima privada. A CVRD foi vendida, ou melhor, penso eu, que foi quase que doada ao capital privado desde 1997. A quantia irrisória a qual ela foi vendida denota o descaso do governo brasileiro com o futuro da nação. Essa dicotomia muito grande nos faz pensar no que querem os governos para o Brasil e para a Amazônia, e de como eles tratam a região.

De forma simples e sucinta, espero que eu tenha mostrado como se encontra a Amazônia hoje. Parece que as políticas públicas desconhecem a região, quando tratamos de sua sociedade, e a inserem no contexto global da economia, aumentando nossa dependência e espoliando nossos recursos minerais para a maioria dos países de primeiro mundo, principalmente em relação aos minérios que saem do estado do Pará, na Amazônia.

No sentido geral, o fator econômico é o que interessa da Amazônia. Tudo o que eu disse, é só um pouco do que eu gostaria expressar para vocês, principalmente no que diz respeito ao significado da Amazônia para a sociedade global, sobretudo no seu valor para nós brasileiros, que devemos ter o compromisso de zelar pelo destino que a Amazônia terá para nós brasileiros e, principalmente, para nós amazônidas.